



Fortaleza, 30 de março de 2022.

À
HUMANA PARANÁ S.A.

Maringá - Paraná

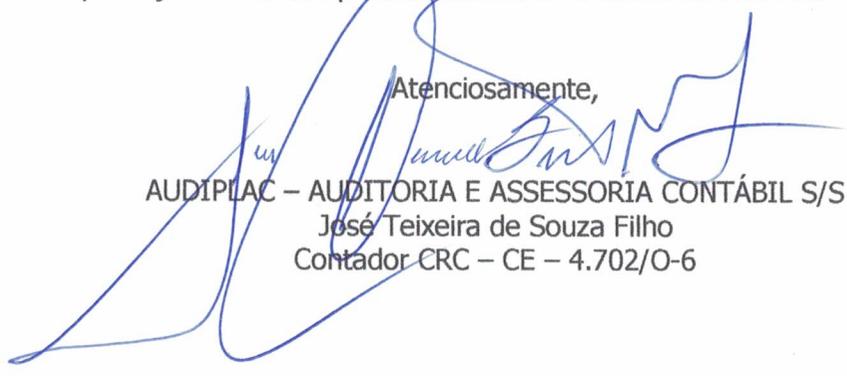
Senhores Diretores,

Estamos apresentando à V.Sas. o Relatório dos Auditores Independentes relativo ao exercício de 2021, desta Companhia.

A Auditoria foi realizada de acordo com as normas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON, Agência Nacional de Saúde - ANS e Legislação Vigente.

O relatório abrange os principais aspectos dos registros contábeis, dos controles internos e legislação aplicável à atividade. As recomendações, porventura propostas, têm por objetivo colaborar no aperfeiçoamento das práticas contábeis e controles internos.

Atenciosamente,


AUDIPLAC – AUDITORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL S/S
José Teixeira de Souza Filho
Contador CRC – CE – 4.702/O-6

HUMANA PARANÁ S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RELATÓRIOS ENCERRADOS EM 31.12.2021:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado do Exercício
- Demonstração do Resultado Abrangente
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração dos Fluxo de Caixa
- Notas Explicativas
- Relatório da Administração
- Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis
- Informações Sobre Deficiências de Controle Interno



BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em reais)

| | Nota | 2021 | 2020 |
|--|------|-----------------------|----------------------|
| ATIVO | | | |
| ATIVO CIRCULANTE | | 76.720.364,21 | 53.015.211,04 |
| Disponível | | 238.457,80 | 1.375.690,88 |
| Realizável | | 76.481.906,41 | 51.639.520,16 |
| Aplicações Financeiras | 4 | 20.100.810,58 | 34.341.493,41 |
| Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas | 4.1 | 17.476.596,93 | 16.876.008,15 |
| Aplicações Livres | 4.2 | 2.624.213,65 | 17.465.485,26 |
| Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde | 5 | 6.801.184,83 | 6.414.880,34 |
| Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber | | 6.801.184,83 | 6.414.880,34 |
| Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Rel. com Pl. Saúde da Operadora | | 688.838,64 | 1.196.049,49 |
| Créditos Tributários e Previdenciários | 6 | 2.233.440,14 | 876.554,55 |
| Bens e Títulos a Receber | 7 | 46.638.936,97 | 8.777.988,36 |
| Despesas Antecipadas | | 18.695,25 | 32.554,01 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | 219.216.376,12 | 12.695.794,60 |
| Realizável a Longo Prazo | | 47.404.746,86 | 6.713.914,76 |
| Ativo Fiscal Diferido | 8 | 4.280.916,74 | 1.218.589,96 |
| Depósitos Judiciais e Fiscais | 9 | 7.351.021,68 | 4.949.095,26 |
| Outros Créditos a Receber e Direitos a Longo Prazo | | 35.772.808,44 | 546.229,54 |
| Investimentos | 10 | 162.752.636,98 | 1.145.834,75 |
| Participações Societárias pelo Método de Equivalência Patrimonial | | 161.566.274,61 | - |
| Participações Societárias - Operadora de Planos de Saúde | | 161.566.274,61 | - |
| Participações Societárias pelo Método de Custo | | 1.186.362,37 | 1.145.834,75 |
| Imobilizado | 11 | 7.730.686,72 | 4.792.023,78 |
| Imóveis de Uso Próprio | | 1.021.842,20 | 308.042,20 |
| Imóveis - Hospitalares / Odontológicos | | 165.000,00 | 165.000,00 |
| Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos | | 856.842,20 | 143.042,20 |
| Imobilizado de Uso Próprio | | 4.906.117,23 | 2.828.707,09 |
| Imobilizado - Hospitalares / Odontológicos | | 2.421.299,52 | 1.362.224,61 |
| Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos | | 2.484.817,71 | 1.466.482,48 |
| Imobilizações em Curso | | 455.174,70 | 1.255.740,79 |
| Outras Imobilizações | | 1.347.552,59 | 399.533,70 |
| Intangível | 12 | 1.328.305,56 | 44.021,31 |
| TOTAL DO ATIVO | | 295.936.740,33 | 65.711.005,64 |



BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (Em reais)

| | Nota | 2021 | 2020 |
|---|------|-----------------------|----------------------|
| PASSIVO | | | |
| PASSIVO CIRCULANTE | | 31.370.880,00 | 23.169.950,16 |
| Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde | 13 | 15.530.272,98 | 12.653.718,89 |
| Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG | | 4.303.235,14 | 2.437.234,37 |
| Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS | | 2.797.102,67 | 2.591.171,08 |
| Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores | | 3.991.150,61 | 4.536.069,96 |
| Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA) | | 4.438.784,56 | 3.089.243,48 |
| Débitos de Operações de Assistência à Saúde | | 783.279,62 | 581.324,80 |
| Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios | | 783.267,10 | 581.324,80 |
| Comercialização sobre Operações | | 12,52 | - |
| Tributos e Encargos Sociais a Recolher | 14 | 8.988.608,24 | 6.162.045,33 |
| Empréstimos e Financiamentos a Pagar | | - | 7.092,12 |
| Débitos Diversos | 15 | 6.068.719,16 | 3.765.769,02 |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | 55.915.486,14 | 8.898.874,94 |
| Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde | | 10.906.645,06 | 7.963.643,92 |
| Provisão de Eventos / Sinistros a Liquidar para o SUS | | 10.906.645,06 | 7.963.643,92 |
| Provisões | | 31.126.742,74 | 935.231,02 |
| Provisões para Tributos Diferidos - LP | | - | 27.673,04 |
| Provisões para Ações Judiciais - LP | 17 | 31.126.742,74 | 907.557,98 |
| Débitos Diversos - LP | | 13.882.098,34 | - |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL | 18 | 208.650.374,19 | 33.642.180,54 |
| Capital Social / Patrimônio Social | | 169.693.047,00 | 9.293.047,00 |
| Reservas | | 24.344.505,28 | 24.349.133,54 |
| Reservas de Capital / Reservas Patrimoniais | | 28.485,69 | - |
| Reservas de Reavaliação | | 127.462,66 | 130.230,58 |
| Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits | | 24.188.556,93 | 24.218.902,96 |
| Lucros / Prejuízos - Superávits / Déficits Acumulados ou Resultado | | 14.612.821,91 | - |
| TOTAL DO PASSIVO | | 295.936.740,33 | 65.711.005,64 |



**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em reais)**

| | Nota | 2021 | 2020 |
|---|------|-------------------------|------------------------|
| Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde | | 201.840.130,27 | 168.245.640,84 |
| Receitas com Operações de Assistência à Saúde | | 209.194.746,49 | 174.477.548,66 |
| Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos | | 209.194.746,49 | 174.474.865,43 |
| Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde | | - | 2.683,23 |
| (-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora | | (7.354.616,22) | (6.231.907,82) |
| Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos | | (121.272.560,64) | (98.431.774,58) |
| Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados | | (119.923.019,56) | (100.263.779,64) |
| Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados | | (1.349.541,08) | 1.832.005,06 |
| RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE | | 80.567.569,63 | 69.813.866,26 |
| Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde | 21 | 309.176,90 | 9.991,77 |
| Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora | | 7.699.885,45 | 5.298.411,21 |
| Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar | | 1.982.930,16 | 1.897.683,25 |
| Receitas com Operações de Assistência Odontológica | | 1.115.238,40 | 3.084.042,09 |
| Outras Receitas Operacionais | 21 | 4.601.716,89 | 316.685,87 |
| (-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde | | (374.837,74) | (247.914,27) |
| Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde | | (3.372.044,55) | (1.430.378,87) |
| Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde | | (103.092,04) | (8.198,00) |
| Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças | | (602.577,81) | (472.332,27) |
| Provisão para Perdas Sobre Créditos | | (2.666.374,70) | (949.848,60) |
| Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora | | (5.829.654,12) | (2.266.389,64) |
| RESULTADO BRUTO | | 79.000.095,57 | 71.177.586,46 |
| Despesas de Comercialização | 19 | (6.932.103,70) | (3.411.938,65) |
| Despesas Administrativas | 20 | (35.430.608,70) | (25.093.700,64) |
| Resultado Financeiro Líquido | 22 | (2.206.416,02) | (1.203.609,03) |
| Receitas Financeiras | | 2.677.718,32 | 2.080.834,62 |
| Despesas Financeiras | | (4.884.134,34) | (3.284.443,65) |
| Resultado Patrimonial | | (9.173.304,91) | 177.356,99 |
| Receitas Patrimoniais | | 13.729.507,63 | 188.447,49 |
| Despesas Patrimoniais | | (22.902.812,54) | (11.090,50) |
| RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES | | 25.257.662,24 | 41.645.695,13 |
| Imposto de Renda | 23 | 10.144.601,44 | 10.307.859,04 |
| Contribuição Social | 23 | 3.588.337,59 | 3.719.469,29 |
| Impostos Diferidos | | (3.088.098,70) | 387.149,11 |
| RESULTADO LÍQUIDO | | 14.612.821,91 | 27.231.217,69 |



**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
DOS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**
(Em reais)

| | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|--|-----------------------------|-----------------------------|
| Resultado do Exercício | 14.612.821,91 | 27.231.217,69 |
| RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO | <u>14.612.821,91</u> | <u>27.231.217,69</u> |



**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 DOS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**
 (Em reais)

| | Capital Social | Reserva de Capital | Reservas de Reavaliação | Reservas de Lucros | Lucros Acumulados | TOTAL |
|----------------------------------|----------------|--------------------|-------------------------|--------------------|-------------------|-----------------|
| SALDOS EM 31/DEZ./2019 | 9.293.047,00 | | 132.998,50 | 25.393.106,35 | - | 34.819.151,85 |
| Resultado do Exercício | - | - | - | - | 27.231.217,69 | 27.231.217,69 |
| Proposta da destinação do lucro: | | | | | | |
| Reserva de Reavaliação | - | - | (2.767,92) | - | 2.767,92 | - |
| Reservas de Lucros | - | - | - | (23.534.496,95) | (4.873.692,05) | (28.408.189,00) |
| Dividendos distribuídos: | - | - | - | 22.360.293,56 | (22.360.293,56) | - |
| SALDOS EM 31/DEZ./2020 | 9.293.047,00 | | 130.230,58 | 24.218.902,96 | - | 33.642.180,54 |
| Aumento de Capital | 160.400.000,00 | - | - | - | - | 160.400.000,00 |
| Resultado do Exercício | - | - | - | - | 14.612.821,91 | 14.612.821,91 |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | - | - | (2.767,92) | 2.767,92 | - | - |
| Transações entre sócios | - | 28.485,69 | - | (33.113,95) | - | (4.628,26) |
| SALDOS EM 31/DEZ./2021 | 169.693.047,00 | 28.485,69 | 127.462,66 | 24.188.556,93 | 14.612.821,91 | 208.650.374,19 |



**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO
DOS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em reais)**

| | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|--|--------------------------------|-------------------------------|
| <u>ATIVIDADES OPERACIONAIS</u> | | |
| (+) Recebimento de Planos Saúde | 217.086.816,50 | 179.019.743,44 |
| (+) Resgate de Aplicações Financeiras | 280.624.284,47 | 169.132.902,09 |
| (+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras | 2.661,73 | - |
| (+) Outros Recebimentos Operacionais | 8.551.765,34 | 11.088.664,85 |
| (-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde | (160.590.472,21) | (110.780.581,18) |
| (-) Pagamento de Comissões | (5.371.893,04) | (2.432.059,48) |
| (-) Pagamento de Pessoal | (6.303.438,00) | (5.004.307,88) |
| (-) Pagamento de Pró-Labore | (33.121,63) | - |
| (-) Pagamento de Serviços Terceiros | (20.362.492,99) | (13.628.873,13) |
| (-) Pagamento de Tributos | (25.358.743,17) | (22.131.365,88) |
| (-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias) | (1.805.661,32) | (2.224.523,65) |
| (-) Pagamento de Aluguel | (2.015.521,79) | (1.266.431,35) |
| (-) Pagamento de Promoção/Publicidade | (2.686.275,51) | (2.045.773,02) |
| (-) Aplicações Financeiras | (265.441.490,16) | (160.468.489,49) |
| (-) Outros Pagamentos Operacionais | (7.177.763,12) | (7.893.618,19) |
| Caixa Líquido das Atividades Operacionais | <u>(9.118.655,10)</u> | <u>31.365.287,13</u> |
| <u>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</u> | | |
| (+) Outros Recebimentos das Atividades de Investimento | 757.356,81 | - |
| (-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros | (5.402.824,90) | (3.462.881,81) |
| (-) Pagamento Relativos ao Ativo Intangível | (1.062.230,28) | - |
| (-) Outros Pagamentos das Atividade de Investimento | (164.940.855,11) | (27.642.716,30) |
| Caixa Líquido das Atividades de Investimentos | <u>(170.648.553,48)</u> | <u>(31.105.598,11)</u> |
| <u>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u> | | |
| (+) Integralização de Capital em Dinheiro | 160.400.000,00 | - |
| (-) Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos/Leasing | (7.334,70) | (275.273,65) |
| Caixa Líquido das Atividades de Financiamento | <u>160.392.665,30</u> | <u>(275.273,65)</u> |
| VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA | <u>(1.137.233,08)</u> | <u>(15.584,63)</u> |
| VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA | <u>(1.137.233,08)</u> | <u>(15.584,63)</u> |
| CAIXA - Saldo Inicial (1) | 1.375.690,88 | 1.391.275,51 |
| CAIXA - Saldo Final (1) | 238.457,80 | 1.375.690,88 |
| Ativos Livres no Início do Período (2) | 18.841.176,14 | 1.419.275,51 |
| Ativos Livres no Final do Período (2) | 2.862.671,45 | 18.841.176,14 |
| Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras - RECURSOS LIVRES | <u>(15.978.504,69)</u> | <u>17.421.900,63</u> |



1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Humana Paraná S.A ("Companhia"), com sede em Maringá-PR, é uma sociedade por ações de capital fechado.

A Humana Paraná S.A. está habilitada à prática de atividades que lhe são atribuídas pela regulamentação aplicável, atuando como Operadora de Planos de Saúde, estando registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob o nº 34.818-0.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 31 de março de 2022.

1.2 Eventos relevantes durante o período

1.2.1 Impactos da Pandemia COVID-19

A pandemia do Covid-19 continuou impactando o Brasil e o mundo durante o exercício de 2021 e, em consequência disto, medidas governamentais destinadas a impedir ou retardar a propagação da doença continuaram sendo aplicadas no estado do Espírito Santo.

Para fazer frente a este cenário a operadora continua com planejamento iniciado no ano de 2020, com diversas ações para mitigar os riscos associados à pandemia. Dentre as medidas preventivas, a operadora instituiu um comitê multidisciplinar com o objetivo de monitorar os seus principais indicadores operacionais, projetar diferentes cenários com base no contexto nacional e global e atuar para mitigar ou endereçar todos os riscos mapeados.

A chamada segunda onda da pandemia no Brasil apresentou um crescimento significativo no número de casos e mortes no primeiro semestre de 2021. Diferentemente do que foi identificado no auge da pandemia no ano de 2020, esta segunda onda não trouxe uma redução dos atendimentos e procedimentos eletivos, uma vez que as medidas restritivas não incluíram os atendimentos ambulatoriais à saúde.

Visando proteger a liquidez durante a crise provocada pela pandemia da Covid-19, a operadora manteve controle e acompanhamento dos indicadores de risco financeiro, e não identificou indicadores de perdas por impairment para seu ativo imobilizado e intangível.

1.3 Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, as disposições contidas na Lei das Sociedades por ações, observando a Lei das operadoras de Planos de Saúde nº 9.656/1998, as práticas contábeis aplicadas a entidades regulamentadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), sendo que o modelo de apresentação e o plano de contas utilizado segue regulamentação da RN nº 344/2013 e RN nº 314/2012 e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim



como os valores das receitas, custos e despesas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

A Companhia não possui transações em moedas estrangeiras.

2. Políticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela entidade estão descritas a seguir:

2.2.1 Apuração do Resultado

- a) **Receita:** O resultado das transações é apurado pelo regime de competência dos exercícios. As Contraprestações Efetivas são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, pro rata dia, quando se trata de contratos com preços preestabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecidos, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.
- b) **Custo:** Para os eventos indenizados o fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário, reconhecido com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência. Para outros casos em que esse atendimento ocorrer sem o conhecimento da entidade, o reconhecimento da despesa se dá com a constituição da provisão técnica específica (PEONA), nos moldes da regulamentação em vigor.

c)

2.2.2 Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

2.2.3 Disponível

Incluem caixa e saldos positivos em bancos conta movimento.

2.2.4 Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são reconhecidas pelo seu valor justo (Nota Explicativa nº 4).

2.2.5 Contraprestações Pecuniárias a Receber

São registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde. A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias para planos coletivos, e há mais de 60 dias para planos individuais.

Os valores eventualmente recebidos antes do período de cobertura estão registrados no passivo circulante, em conta específica de obrigações por recebimento de contraprestações faturadas antecipadamente. A



administração da entidade revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-la à evolução da inadimplência de sua carteira.

2.2.6 Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo valor de custo de aquisição.

2.2.7 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens, às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 11.

2.2.8 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Intangíveis gerados internamente são reconhecidos no resultado do período. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável, assim como os ativos com vida útil indefinida (vide Nota Explicativa nº 12).

2.2.9 Avaliação do Valor Recuperável de Ativos (Teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos que possam indicar perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.2.10 Outros Ativos e Passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a empresa possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.11 Provisões Técnicas

PEONA – Outros Prestadores é calculada com base em metodologia atuarial definida por atuário legalmente habilitado em NTAP. PESL – Outros Prestadores e PESL-SUS são calculadas com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde, efetivamente recebida pela operadora (vide Nota Explicativa nº 9). E PPCNG, PIC e PEONA-SUS são calculadas com base em metodologia da ANS prevista na RN nº 393/2015 e suas alterações.

2.2.12 Imposto de Renda e Contribuição Social

São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas



temporariamente não tributáveis consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

2.2.13 Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

- a) Ativos Contingentes: São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos possíveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- b) Passivos Contingentes: São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados;
- c) Obrigações Legais: São registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a entidade questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3. Impactos da Pandemia COVID-19 nos Negócios

A crise provocada pela pandemia da Covid-19 trouxe impacto na sinistralidade da operadora, onde, no início, a partir de março de 2020 as medidas tomadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) levaram à diminuição de procedimentos médicos eletivos a fim de aumentar os leitos disponíveis para internações relacionadas ao Covid-19. O efeito dessa medida foi de redução das ocupações hospitalares e, com isso, do custo das operadoras. Em 2021, foi identificado um aumento gradual da sinistralidade, com a volta de procedimentos represados inicialmente, trazendo o indicador a níveis normais pré-pandemia. A operadora considera que os procedimentos eletivos que foram postergados durante o auge da pandemia já foram realizados, sem expectativa de um impacto futuro relacionado a isto.

A efetividade das medidas governamentais, a evolução da curva doença, a disseminação de novas cepas do coronavírus, o avanço da vacinação, novos protocolos de tratamento, entre outras variáveis tornam impossível quantificar com precisão os impactos futuros no negócio da operadora. Entretanto, nossas projeções de receitas e fluxos de caixa operacionais apresentam plenas condições de continuidade das operações.

A operadora monitora continuamente a evolução da pandemia, avaliam os possíveis impactos em seus negócios e implementam medidas que possam mitigar riscos existentes.



4. Aplicações Financeiras

4.1 Garantidoras de Provisões Técnicas:

| | Exercícios | |
|-----------------|----------------------|----------------------|
| | 2021 | 2020 |
| Sicoob | 7.411.506,81 | 7.150.354,85 |
| Santander | 10.065.090,12 | 9.725.653,30 |
| Subtotal | 17.476.596,93 | 16.876.008,15 |

5.2 Aplicações Livres:

| | Exercícios | |
|-----------------|----------------------|----------------------|
| | 2021 | 2020 |
| Santander | 2.388.321,50 | 11.575.050,19 |
| Banco do Brasil | 205.937,31 | 5.128.667,76 |
| Bradesco | 1.954,84 | 12.642,53 |
| Sicoob | - | 721.124,78 |
| Sul America | 28.000,00 | 28.000,00 |
| Subtotal | 2.624.213,65 | 17.465.485,26 |
| Total | 20.100.810,58 | 34.341.493,41 |

5. Créditos de Operações com Planos de Saúde

| | Exercícios | |
|-------------------------------------|---------------------|---------------------|
| | 2021 | 2020 |
| Planos Coletivos | 11.551.721,28 | 5.588.104,48 |
| Planos Individuais | 6.903.829,77 | 1.443.940,86 |
| Provisão para Perdas sobre Créditos | (11.654.366,22) | (617.165,00) |
| Total líquido | 6.801.184,83 | 6.414.880,34 |

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é a seguinte:

| | |
|----------------------------|----------------------|
| A vencer | 3.573.917,50 |
| Vencidos: | |
| Até 30 dias | 2.335.852,78 |
| De 31 a 60 dias | 1.258.466,45 |
| De 61 a 90 dias | 436.038,16 |
| Vencidos a mais de 90 dias | 10.851.276,16 |
| Subtotal | 18.455.551,05 |



6. Créditos Tributários e Previdenciários

| | Exercícios | |
|---------------------------------|---------------------|-------------------|
| | 2021 | 2020 |
| Imposto de Renda | 1.510.083,47 | 572.281,02 |
| Crédito Previdência Social (i) | 214.075,21 | 264.135,33 |
| Créditos de PIS/COFINS | 110.823,76 | 2.883,62 |
| Contrib. Social Retida na Fonte | 398.453,98 | 37.246,78 |
| Total | 2.233.440,14 | 876.554,55 |

7. Bens e Títulos a Receber

| | Exercícios | |
|---|----------------------|---------------------|
| | 2021 | 2020 |
| Partes Relacionadas | 45.448.490,21 | 8.054.007,11 |
| Garantia de Reembolso de Contingências | 35.722.808,44 | - |
| Direitos creditórios de José Lazzarotto | 496.229,54 | 496.229,54 |
| Adiantamentos a fornecedores | 428.407,89 | 107.492,65 |
| Contas a receber de P.N. Com. e Produções Ltda. | 154.915,00 | 154.915,00 |
| Cheques devolvidos | 1.405,42 | 4.619,95 |
| Outros Bens e Títulos a Receber | 778.582,56 | 651.462,31 |
| Subtotal | 83.030.839,06 | 9.468.726,56 |
| | | |
| (-) Provisão para devedores duvidosos | (619.093,65) | (144.508,66) |
| Total | 82.411.745,41 | 9.324.217,90 |
| | | |
| Curto Prazo | 46.638.936,97 | 8.777.988,36 |
| Longo Prazo | 35.772.808,44 | 546.229,54 |
| Total | 82.411.745,41 | 9.324.217,90 |

8. Ativo Fiscal Diferido

| | Exercícios | |
|------------------------------|---------------------|---------------------|
| | 2021 | 2020 |
| Imposto de Renda Diferido | 3.147.733,19 | 896.022,16 |
| Contribuição Social Diferido | 1.133.183,55 | 322.567,80 |
| Total | 4.280.916,74 | 1.218.589,96 |



9. Depósitos Judiciais e Fiscais

| | Exercícios | |
|---|---------------------|---------------------|
| | 2021 | 2020 |
| Depósitos judiciais - Ressarcimento SUS (i) | 6.559.087,19 | 4.599.841,65 |
| Depósitos Judiciais Cíveis | 729.465,07 | 324.463,27 |
| Depósitos Judiciais Trabalhistas | 62.469,42 | 24.790,34 |
| Total | 7.351.021,68 | 4.949.095,26 |

(i) Referem-se principalmente aos depósitos judiciais efetuados em virtude de questionamentos de ações movidas pela ANS quanto ao atendimento dos beneficiários da operadora em rede hospitalar pública - SUS. Enquanto não ocorre a resolução final desses questionamentos, a operadora efetuou depósitos judiciais para a garantia de valores cobrados referente ao ressarcimento ao SUS.

10. Investimentos

10.1 Participações Societárias Avaliadas por Equivalência Patrimonial

| | Participação Direta | Exercícios | |
|---|---------------------|-----------------------|----------|
| | | 2021 | 2020 |
| Hospital Marechal Cândido Rondon S.A. | 100% | 59.059.157,94 | - |
| Pró Salute - Serviços Para a Saúde Ltda | 100% | 102.507.116,67 | - |
| Total | | 161.566.274,61 | - |

| | 31/12/2020 | Aquisições | Ajuste de preço | Aumento de capital | Equivalência Patrimonial | Amortização de mais Valia | Outras variações no patrimônio de controladas | 31/12/2021 | Composição | |
|-------------------|------------|----------------|-----------------|--------------------|--------------------------|---------------------------|---|----------------|---------------|-------------------------------|
| | | | | | | | | | Capital | Ágio por rentabilidade futura |
| Hospital Marechal | - | 45.148.702,10 | (3.497.810,00) | 25.150.000,00 | (5.323.011,73) | (2.385.608,48) | (33.113,95) | 59.059.157,94 | 42.856.863,83 | 16.202.294,11 |
| Pró Salute | - | 67.587.641,70 | (1.435.743,61) | 38.422.096,00 | (1.322.788,91) | (772.574,20) | 28.485,69 | 102.507.116,67 | 48.196.431,16 | 54.310.685,51 |
| Total | - | 112.736.343,80 | (4.933.553,61) | 63.572.096,00 | (6.645.800,64) | (3.158.182,68) | (4.628,26) | 161.566.274,61 | 91.053.294,99 | 70.512.979,62 |



11. Imobilizado

| | Taxa Deprec. % | 31/12/2020 | Adição | Baixa | Transferência | Depreciação | Líquido 31.12.2021 |
|---------------------------------------|----------------|---------------------|---------------------|-----------------|----------------|---------------------|---------------------|
| Terrenos | | 270.000,00 | - | - | - | - | 270.000,00 |
| Edificações | | 38.042,20 | - | - | 719.670,50 | (5.870,50) | 751.842,20 |
| Máquinas e Equipamentos | 10% | 1.570.053,33 | 981.820,18 | - | - | (234.061,00) | 2.317.812,51 |
| Veículos | 20% | 224.662,66 | 421.536,00 | - | - | (51.241,34) | 594.957,32 |
| Instalações | | 400,06 | 35.646,76 | - | - | (202,86) | 35.843,96 |
| Equipamentos de informática | 20% | 753.245,89 | 646.285,13 | (378,24) | - | (227.849,53) | 1.171.303,25 |
| Móveis e utensílios | 10% | 280.345,15 | 488.312,35 | - | 60.587,87 | (43.045,18) | 786.200,19 |
| Imobilizações em Curso | | 1.255.740,79 | 997.876,25 | - | (1.798.442,34) | - | 455.174,70 |
| Beneficiárias em imóveis de terceiros | | 290.339,38 | - | - | 1.018.183,97 | (86.050,32) | 1.222.473,03 |
| Outras imobilizações | | 109.194,32 | 34.965,90 | - | - | (19.080,66) | 125.079,56 |
| | | 4.792.023,78 | 3.606.442,57 | (378,24) | - | (667.401,39) | 7.730.686,72 |

12. Intangível

| | Exercícios | | | |
|-------------------|------------------|---------------------|-------------------|---------------------|
| | 2020 | 2021 | | |
| | Custo | Adição | Amortização | Líquido |
| Software | 43.231,31 | 1.293.780,66 | (9.496,41) | 1.327.515,56 |
| Marcas comerciais | 790,00 | - | - | 790,00 |
| Total | 44.021,31 | 1.293.780,66 | (9.496,41) | 1.328.305,56 |

13. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

| | Exercícios | |
|--|----------------------|----------------------|
| | 2021 | 2020 |
| Provisão de prêmios/contraprestações não ganhas (i) | 14.708.822,09 | 9.650.056,75 |
| Provisão para eventos ocorridos e não avisados (ii) | 4.438.784,56 | 3.089.243,48 |
| Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores (iii) | 3.991.150,61 | 4.536.069,96 |
| Provisão de eventos a liquidar para o SUS (iv) | 3.298.160,78 | 3.341.992,62 |
| Total | 26.436.918,04 | 20.617.362,81 |
| Curto Prazo | 15.530.272,98 | 12.653.718,89 |
| Longo Prazo | 10.906.645,06 | 7.963.643,92 |
| Total | 26.436.918,04 | 20.617.362,81 |

- (i) A Provisão para Prêmios/Contraprestações Não Ganhas (PPCNG) caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela operadora para cobertura de risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de Receita de Prêmios ou Contraprestação, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês. O saldo em dezembro de 2021 e 2020 contempla os valores de contraprestação, cujo período de cobertura ultrapassa o fechamento do balanço. Os valores registrados na PPCNG - Provisão de Prêmios ou Contraprestações Não Ganhas estão dispensados da exigência de lastro e vínculo por ativos garantidores.
- (ii) Provisão para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados por outros prestadores (PEONA) e pelo SUS (PEONA-SUS). A Companhia efetuou o cálculo da PEONA conforme nota técnica atuarial de provisão aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, reconhecendo no balanço o valor integral. A PEONA-SUS foi constituído de maneira linear e gradativa, conforme escalonamento



previsto na RN nº 442/2018 que altera a RN nº 393/2015, em R\$ 1.575.471,60 para fazer frente ao pagamento dos eventos originados no SUS, que tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à operadora.

- (iii) A Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores (PESEL) objetiva a garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos. O registro contábil é realizado no momento da apresentação da cobrança às operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.
- (iv) A PESEL/SUS é a provisão para o ressarcimento ao SUS que foi constituída, conforme estabelecido na Instrução Normativa Conjunta - INC DIOPE e DIDES nº 05/2011 da ANS, com base nos valores das notificações dos Avisos de Beneficiários Identificados (ABI), considerando o percentual histórico de cobrança (%hc), somado ao montante total cobrado nas Guias de Recolhimento da União (GRU) emitidas e ao saldo de parcelamento aprovado pela ANS.

14. Tributos e Encargos Sociais a Recolher

| | Exercícios | |
|-----------------------|---------------------|---------------------|
| | 2021 | 2020 |
| IRPJ e CSLL | 1.184.898,07 | 835.904,09 |
| PIS e COFINS | 345.675,43 | 315.670,00 |
| INSS e FGTS | 238.707,23 | 204.092,67 |
| ISSQN a recolher (i) | 6.822.573,79 | 4.544.507,95 |
| Retenções de impostos | 396.753,72 | 261.870,62 |
| Total | 8.988.608,24 | 6.162.045,33 |

(i) A Companhia provisiona 100% dos débitos com ISSQN e efetua recolhimento dos valores devidos no município de Maringá – PR. Os valores devidos para os demais municípios estão provisionados e aguardam julgamento da ADPF 499 proposta pela CNS.

15. Débitos diversos

| Débitos Diversos Curto Prazo | Exercícios | |
|---------------------------------|---------------------|---------------------|
| | 2021 | 2020 |
| Obrigações com Pessoal | 1.430.011,19 | 1.960.193,89 |
| Fornecedores | 511.654,92 | 1.404.562,53 |
| Débitos com partes relacionadas | 916.220,55 | 14.310,23 |
| Outros débitos a pagar | 3.210.832,50 | 386.702,37 |
| Subtotal | 6.068.719,16 | 3.765.769,02 |



Débitos Diversos Longo Prazo

| | | |
|-------------------------|----------------------|---------------------|
| Investimento a realizar | 13.882.098,34 | - |
| Subtotal | 13.882.098,34 | - |
| Total | 19.950.817,50 | 3.765.769,02 |

16. Empréstimos e financiamentos

A movimentação de empréstimos é assim representada:

| | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|--------------------------------|-------------|-----------------|
| Saldo em 1º de janeiro | 7.092,12 | 59.196,12 |
| Novas contratações | - | - |
| Amortizações | (7.092,12) | (52.104,00) |
| Juros provisionados | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro | - | 7.092,12 |

17. Provisões para Ações Judiciais

17.1 Contingências com Risco de Perda Provável

A entidade constitui provisão para contingências com base na opinião de seus assessores jurídicos externos. Com isso, a entidade provisiona a totalidade dos processos classificados com risco de perda provável, a qual considera suficiente para cobrir eventuais perdas processuais. Os saldos provisionados estão demonstrados a seguir:

| | <u>2020</u> | <u>Adições</u> | <u>Baixas</u> | <u>2021</u> |
|-----------------------|-------------------|----------------------|---------------------|----------------------|
| Provisões cíveis | 907.557,98 | 4.816.143,18 | (493.178,44) | 5.230.522,72 |
| Provisões tributárias | - | 25.896.220,02 | - | 25.896.220,02 |
| | 907.557,98 | 30.712.363,20 | (493.178,44) | 31.126.742,74 |
| | | | | |
| Não Circulante | <u>907.557,98</u> | | | <u>31.126.742,74</u> |



17.2 Contingências com Risco de Perda Provável

A entidade também possui processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis, na opinião de seus consultores jurídicos. A entidade não provisiona os valores envolvidos nesses processos, porém os divulga, conforme segue:

| | Exercícios | |
|---------------------------------|---------------------|---------------------|
| | 2021 | 2020 |
| Processos em Ações Cíveis | 8.814.606,34 | 2.887.052,56 |
| Processos em Ações Trabalhistas | 169.375,35 | 147.321,82 |
| Total | 8.983.981,69 | 3.034.374,28 |

18. Patrimônio Líquido

Em 31/dez./2021 o saldo é de R\$ 208.650.374,19 (31/dez./2020 - R\$ 33.642.180,54).

18.1 Capital Social

O capital social da Operadora totalmente subscrito e integralizado, está composto por 169.693.047 (9.293.047 em 2020) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, com controle societário integral da Multivida Participações S/A (CNPJ nº 21.475.647/0001-40).

19. Despesas de Comercialização

| | Exercícios | |
|-------------------------------|---------------------|---------------------|
| | 2021 | 2020 |
| Remuneração - pessoal próprio | 6.859,68 | - |
| Comissões e Agenciamentos | 6.925.244,02 | 3.411.938,65 |
| Total | 6.932.103,70 | 3.411.938,65 |

20. Despesas Administrativas

| | Exercícios | |
|-----------------------------|----------------------|----------------------|
| | 2021 | 2020 |
| Pessoal | 4.993.789,13 | 4.561.061,84 |
| Serviços de Terceiros | 20.385.866,63 | 13.628.873,13 |
| Localização e Funcionamento | 5.661.978,30 | 3.780.050,95 |
| Publicidade e Propaganda | 2.686.275,51 | 2.043.785,22 |
| Tributos | 431.467,50 | 505.870,09 |
| Despesas Diversas | 1.271.231,63 | 574.059,41 |
| Total | 35.430.608,70 | 25.093.700,64 |



21. Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas

| | Exercícios | |
|--|-----------------------|-----------------------|
| | 2021 | 2020 |
| Outras receitas operacionais | | |
| Outras receitas de operações assistência à saúde | 309.176,90 | 9.991,77 |
| Receitas de assistência à saúde não relacionadas | 4.601.716,89 | 316.685,87 |
| Subtotal | 4.910.893,79 | 326.677,64 |
| Outras despesas operacionais | | |
| Provisão para Perdas Sobre Créditos | (2.666.374,70) | (949.848,60) |
| Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde | (103.092,04) | (8.198,00) |
| Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças | (602.577,81) | (472.332,27) |
| Subtotal | (3.372.044,55) | (1.430.378,87) |
| Total | 1.538.849,24 | (1.103.701,23) |

22. Receitas e Despesas Financeiras

| | Exercícios | |
|--------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | 2021 | 2020 |
| Despesas financeiras | | |
| Operações de assistência a saúde (i) | (1.975.680,94) | (2.445.235,56) |
| Juros s/ empréstimos | (242,58) | (2.360,15) |
| Juros s/ aquisição de empresas | (453.660,75) | - |
| Outras (ii) | (2.454.550,07) | (836.847,94) |
| Subtotal | (4.884.134,34) | (3.284.443,65) |
| Receitas financeiras | | |
| Recebimentos em atraso | 1.169.574,89 | 1.008.598,33 |
| Aplicações financeiras | 691.590,75 | 279.809,42 |
| Outras | 816.552,68 | 792.426,87 |
| Subtotal | 2.677.718,32 | 2.080.834,62 |
| Total líquido | (2.206.416,02) | (1.203.609,03) |

23. Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social apurada conforme alíquotas nominais e efetivas está apresentada a seguir:

| | 2021 | 2020 |
|--|----------------------|----------------------|
| Lucro contábil - Antes do IRPJ e CSLL | 30.079.172,74 | 41.645.695,13 |
| Alíquota fiscal combinada | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social | 10.226.918,73 | 14.159.536,34 |
| Ajustes para apuração da alíquota efetiva | | |
| Despesas Indedutíveis (i) | 14.010.860,68 | 870.875,43 |
| Reversão de Provisões Indedutíveis (ii) | (3.237.803,10) | (1.184.940,67) |
| Reversão de Provisões Indedutíveis CSLL (ii) | (976.221,54) | - |



| | | |
|--|----------------------|----------------------|
| Lucro Contábil Ajustado CSLL | 39.876.008,78 | 41.331.629,89 |
| Lucro Contábil Ajustado IRPJ | 40.852.230,32 | 41.331.629,89 |
| IRPJ e CSLL Apurados | 13.777.898,37 | 14.027.328,33 |
| PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador | (44.959,34) | - |
| IRPJ e CSLL no Resultado | 13.732.939,03 | 14.027.328,33 |
| Alíquota fiscal efetiva | 45,66% | 33,68% |

24. Partes Relacionadas

| Empresas | Transações | | Ativo | Passivo |
|----------------------------------|---------------------|----------------------|----------------------|---------------------|
| | Receitas | Despesas | Contas a Receber | Fornecedores |
| Multivida Participações S/A | 683.350,74 | 2.143.363,87 | 8.667.790,93 | 117.452,85 |
| Hospital Bom Samaritano S/s Ltda | 1.199.975,87 | 5.574.991,09 | 36.780.699,28 | 5.955,33 |
| Vitória Apart Hospital S/A | - | 199.434,06 | - | 2.776.419,67 |
| Athena Healthcare Holding S/A | - | 2.036.487,15 | - | 2.136,54 |
| Hospital Santa Maria Ltda | - | 2.055.607,02 | - | 798,00 |
| Total | 1.883.326,61 | 12.009.883,19 | 45.448.490,21 | 2.902.762,39 |

25. Conciliação do Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais pelo Método Indireto

| | Exercícios | |
|---|------------------------|-----------------------|
| | 2021 | 2020 |
| RESULTADO DO PERÍODO | 14.612.821,91 | 27.231.217,69 |
| Ajustes p/ conciliação do resultado do período c/ geração/utilização de caixa das atividades operacionais: | 7.478.978,77 | (2.227.113,92) |
| Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde | 496.334,26 | 302.433,30 |
| Provisão Para Perdas S/ Créditos | 180.563,54 | 151.540,84 |
| Provisão para Contingências | 1.349.541,08 | (1.832.005,06) |
| Receita Imóvel Destinado a Renda | 3.158.182,68 | - |
| Despesa com Depreciação/Amortização | 97.698,60 | (1.976.288,59) |
| Ganho / Perda na Alienação de Bens /Invest. | 2.666.374,70 | 949.848,60 |
| Resultado Equiv. Patrimonial | 469.716,09 | 177.356,99 |
| Resultado do Período Ajustado | 23.031.232,86 | 25.004.103,77 |
| (Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais | (67.682.879,12) | 3.537.781,10 |
| Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais | 53.770.301,36 | 2.823.402,26 |
| CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | 9.118.655,10 | 31.365.287,13 |

CARLOS AUGUSTO FERREIRA:04484727838
 Assinado de forma digital por CARLOS AUGUSTO FERREIRA:04484727838
 Dados: 2022.03.31 20:15:45 -03'00'

Carlos Augusto Ferreira
 Diretor

GILSON APARECIDO LEONARCZYK:03469776903
 Assinado de forma digital por GILSON APARECIDO LEONARCZYK:03469776903
 Dados: 2022.03.31 20:15:12 -03'00'

Gilson Aparecido Leonarczyk
 Contador
 CRC 1PR054776/O-9



HUMANA PARANÁ S/A.
CNPJ/MF n.º 95.642.179/0001-97
Registro ANS n.º 34818-0

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Humana Paraná S.A. (anteriormente designada Santa Rita Saúde S.A e que teve sua razão social alterada em 23 de dezembro de 2021), operadora de planos privados de saúde, submete à apreciação do público em geral o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Operadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Visão Geral da Operadora e Mercado de Atuação

A Humana Paraná S.A. completou no ano de 2021, vinte e nove anos de existência, desenvolvendo nesse período uma solidez de mercado que lhe confere uma carteira com 98.249 beneficiários (73.483 em 2020).

Desempenho Operacional e Financeiro

A Operadora encerrou o ano de 2021 com 98.249 vidas em sua carteira de beneficiários, apresentando um aumento de 33,7% em relação a 2020 (73.483 beneficiários).

A receita operacional líquida representada pelas Contraprestações Líquidas cresceu 19,9%, refletindo a combinação entre a aplicação dos reajustes anuais dos contratos individuais e coletivos e as movimentações da carteira de beneficiários.

Os Eventos Indenizáveis Líquidos que são as despesas com serviços médicos, hospitalares e odontológicos da rede credenciada, além da PEONA - Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados, tiveram um aumento de 23,2% em 2021, impactado principalmente pelo volume de atendimento da segunda onda do covid-19. Já o índice de sinistralidade, que é a relação entre os custos médicos envolvidos na operação e as contraprestações líquidas da empresa, atingiu 58% em 2021, praticamente estável em relação ao índice apresentado em 2020 de 56,4%.

As despesas de comercialização, que incluem principalmente comissões dos corretores e os seus encargos sociais, representaram 3,3% das Contraprestações Líquidas em 2021 (1,9 % em 2020).

As despesas administrativas representaram 16,9% das Contraprestações Líquidas em 2021, apresentando um aumento de 2,5 p.p. em comparação aos 14,4% de 2020.

O Resultado Financeiro Líquido é composto de receitas e despesas financeiras. As receitas financeiras compõem-se de renda da aplicação de recursos no mercado financeiro, atualização monetária de depósitos judiciais, receitas por recebimento em atraso, descontos obtidos e outras recuperações financeiras, enquanto as despesas financeiras registram despesas decorrentes de movimentações financeiras (tarifas), descontos concedidos e encargos provenientes de pagamentos em atraso. O resultado financeiro líquido em 2021 correspondeu a -1,05% das Contraprestações Líquidas (-0,69% de 2020).

Depois de computados os tributos sobre a renda (IR e CSLL), o lucro líquido apurado em 2021 correspondeu a 9,29% das Contraprestações Líquidas (15,61% em 2020) e o Patrimônio Líquido atingiu o montante de R\$ 213.471.884,69 ao final de 2021 (R\$ 33.642.180,54 em 2020), apresentando uma evolução de 534,5%. Estas informações demonstram que a operadora Humana Paraná está mantendo seu crescimento de maneira sólida e sustentável, trazendo segurança para



seus beneficiários e colaboradores, além da manutenção do papel de uma empresa socialmente responsável.

Investimentos

Em 31 de julho de 2020, foi assinado o contrato de compra e venda e de subscrição ações e outras avenças para aquisição do Hospital Marechal Cândido Rondon S.a. A transação não necessitou de aprovação do CADE, tendo sido aprovada pela ANS em 10 de março de 2021, sendo concluída em 01 de abril de 2021, adquirindo 100% do capital social dessa companhia.

Em 23 de dezembro de 2020 foi assinado o contrato de compra e venda e de subscrição ações e outras avenças, com a assinatura de aditivos em 11 de março de 2021, 23 de março de 2021, 01 de abril de 2021 e 01 de novembro de 2021, para aquisição das quotas representativas do capital social da Pro Salute – Serviços Para a Saúde Ltda. A transação foi aprovada pelo CADE em 26 de março de 2021 e pela ANS em 23 de março de 2021, sendo concluída a aquisição em 01 de abril de 2021.

Política de destinação de lucros

A Operadora tem como política a retenção de seus lucros ao final do exercício, com o objetivo de fortalecer o seu negócio, suprir a necessidade contínua de investimentos e manter a margem de solvência requerida pela agência reguladora.

Reorganizações societárias e/ou alterações de controle direto ou indireto

No ano de 2021, não houve alterações societárias que resultassem em alteração do controle direto ou indireto da operadora.

Recursos Humanos

A Operadora contava ao fim do ano de 2021 com 254 colaboradores (212 no final de 2020). A Administração da Operadora busca constantemente o alinhamento de todos os seus colaboradores com a estratégia da empresa, privilegiando um ambiente ético e de desenvolvimento profissional, adotando uma política salarial aderente às condições observadas no mercado local e porte da operadora.

Perspectivas

A expectativa da administração é a de conduzir os melhores esforços em manutenção da atual base de beneficiários e estrito controle técnico dos custos assistenciais, também estamos conduzindo esforços comerciais no intuito de capturar novos beneficiários para nossa base de clientes.

Investimentos em sociedades coligadas e controladas

A Operadora possui investimentos em sociedades controladas:

R\$63.880.668,44 – Hospital Marechal Cândido Rondon S.A

R\$102.507.116,67 – Pró Salute – Serviços Para a Saúde Ltda

Capacidade Financeira

A Operadora possui ativos que garantem as exigências legais do órgão regulador, bem como aplicações disponíveis para manutenção das atividades operacionais com intenção de mantê-las até o seu vencimento.



Emissão de Debêntures

A Operadora não emitiu debêntures no exercício de 2021.

Agradecimentos

A Humana Paraná SA agradece o empenho de todos os seus colaboradores, e o apoio de seus clientes, rede credenciada e fornecedores, bem como às entidades governamentais e órgãos reguladores e todos os que de alguma forma contribuíram para o bom desempenho da Operadora em 2021.

A Administração

CARLOS AUGUSTO
FERREIRA:04484727838

Assinado de forma digital por
CARLOS AUGUSTO
FERREIRA:04484727838
Dados: 2022.03.31 10:26:38
-03'00'

Carlos Augusto Ferreira
Diretor



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos
Administradores e Acionistas
HUMANA PARANÁ S.A.
Maringá-PR.**

Prezados Senhores,

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **HUMANA PARANÁ S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **HUMANA PARANÁ S.A.**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação de capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis da administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

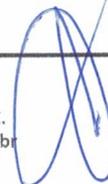
Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

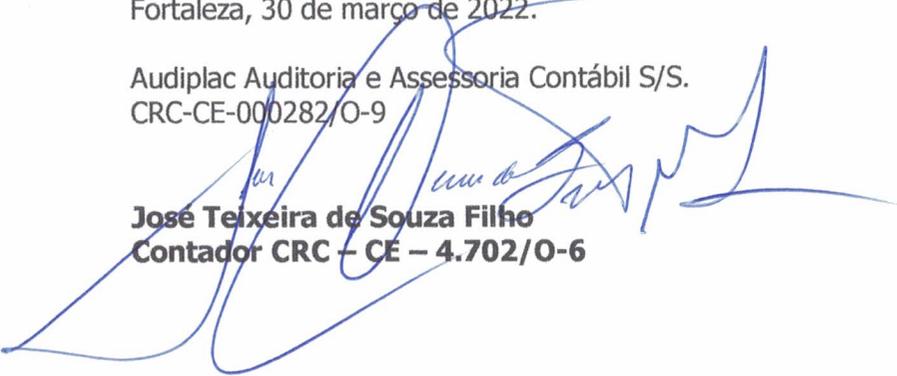




www.audiplacauditoria.com.br

Fortaleza, 30 de março de 2022.

Audiplac Auditoria e Assessoria Contábil S/S.
CRC-CE-000282/O-9


José Teixeira de Souza Filho
Contador CRC - CE - 4.702/O-6

INFORMAÇÕES SOBRE DEFICIÊNCIAS DE CONTROLE INTERNO (Anexo RN nº 435/2018, Capítulo 1, Item 6.3.9.1):

Demonstramos abaixo, as análises realizadas, relativas às deficiências ou à ineficácia dos controles internos da HUMANA PARANÁ S.A., CNPJ 95.642.179/0001-97, conforme estabelecido no Anexo da RN nº 435/2018, Capítulo 1, Item 6.3.9.1:

a) Processos de Comercialização e Comissionamento:

Pontos Identificados:

- Identificamos que os processos de comercialização e comissionamento são feitos por meio de "Venda Externa" e "Venda Interna", onde verificamos que os procedimentos internos que são efetuados, e não identificamos deficiências nos mesmos.

b) Recepção e Processamento de Contas Médicas:

Pontos Identificados:

- Verificamos os processos internos que são efetuados na recepção e processamento das contas médicas da operadora, onde identificamos que os procedimentos estão sendo realizados de acordo com o que determina a Agência Nacional de Saúde - ANS.

c) Cadastro de Beneficiários:

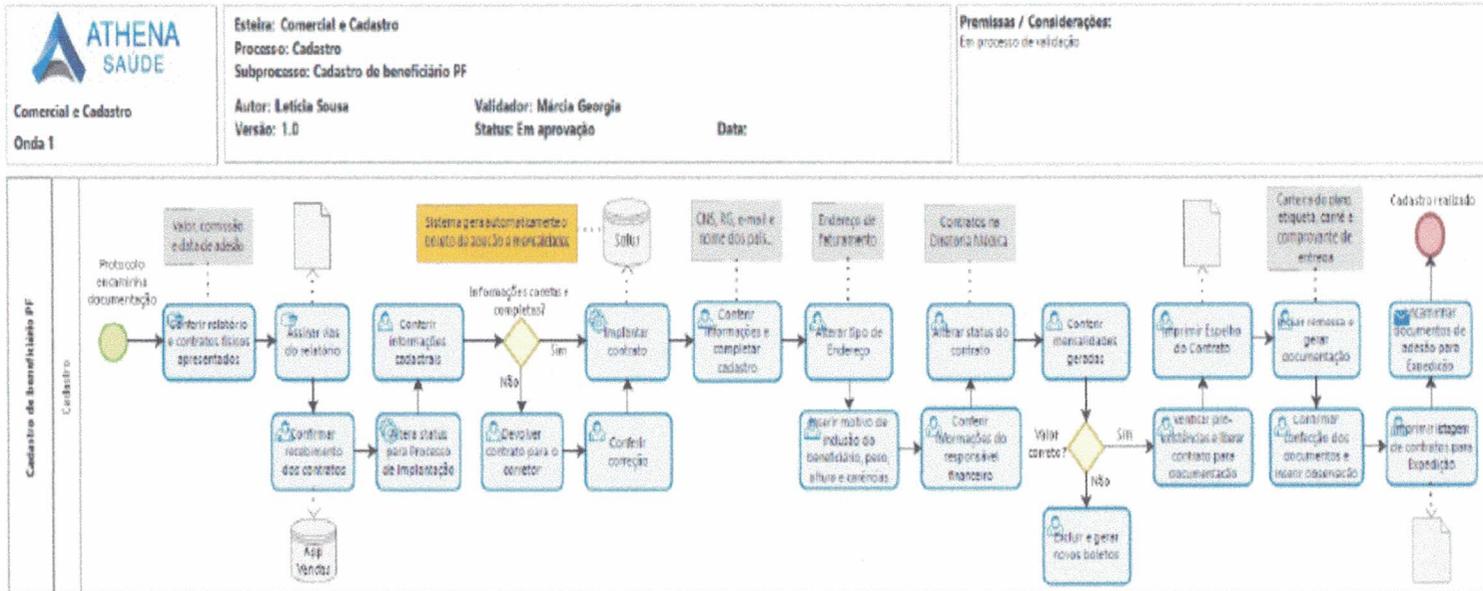
Pontos Identificados:

- Identificamos que existem duas formas de cadastros de beneficiários, pessoa física e pessoa jurídica, onde verificamos os procedimentos internos que são efetuados, e não identificamos deficiências nos mesmos.

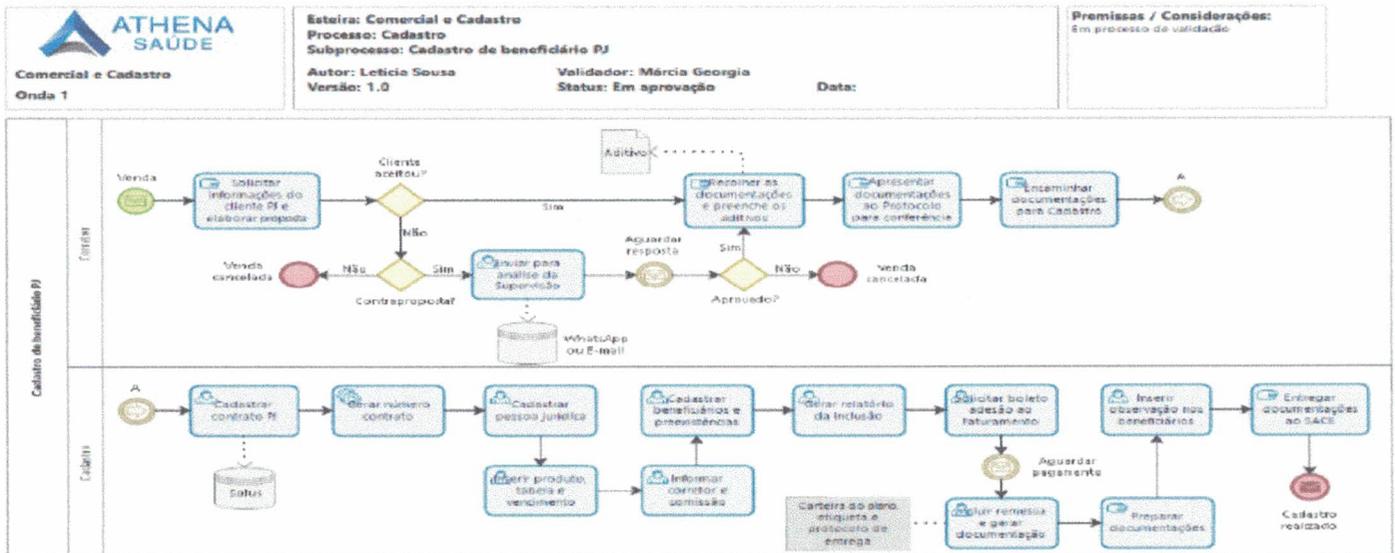
Conforme demonstrado acima, o fluxo do processo de cadastros de beneficiários funciona da seguinte forma:



• Beneficiário Pessoa Física:



• Beneficiário Pessoa Jurídica:




d) Faturamento de Contraprestações:

Pontos Identificados:

- Verificamos os procedimentos internos que são efetuados para o Faturamentos das Contraprestações, onde não identificamos deficiências nos mesmos.

f) Contabilidade das Provisões Técnicas ou Outras Provisões:

Pontos Identificados:

- Identificamos que a operadora efetua as contabilizações das seguintes provisões técnicas:
 - **PEONA:** Identificamos que a Peona é calculada através de metodologia atuarial própria, aprovada pela Agência Nacional de Saúde - ANS, onde verificamos que o cálculo da mesma é efetuado por meio de utilização de planilhas, que são atualizadas trimestralmente, pela empresa atuária responsável. Verificamos também, que a operadora envia trimestralmente para Agência Nacional de Saúde - ANS o termo de responsabilidade atuarial, cumprindo em todos os requisitos, o que determina a Agência Nacional de Saúde – ANS.
 - **PROVISÃO DE ENVENTOS E SINISTROS A LIQUIDAR:** Verificamos que a operadora dispõe de controles analíticos da referida provisão, onde não identificamos deficiências nos mesmos.

g) Controle e limites financeiros para valores a pagar e a receber da operadora:

- CONTAS A PAGAR:

Pontos Identificados:

Verificamos os processos internos que são efetuados para os valores a pagar, onde não identificamos deficiências nos mesmos.





www.audiplacauditoria.com.br

➤ CONTAS A RECEBER:

Pontos Identificados:

Verificamos que os processos internos são efetuados para os valores a receber, onde verificamos os procedimentos internos que são efetuados e não identificamos deficiências nos mesmos.

h) Transações com partes relacionadas, adiantamentos e empréstimos:

- Verificamos os procedimentos internos que são efetuados para as Transações com partes Relacionadas, adiantamentos e empréstimos, onde não identificamos deficiências nos mesmos.

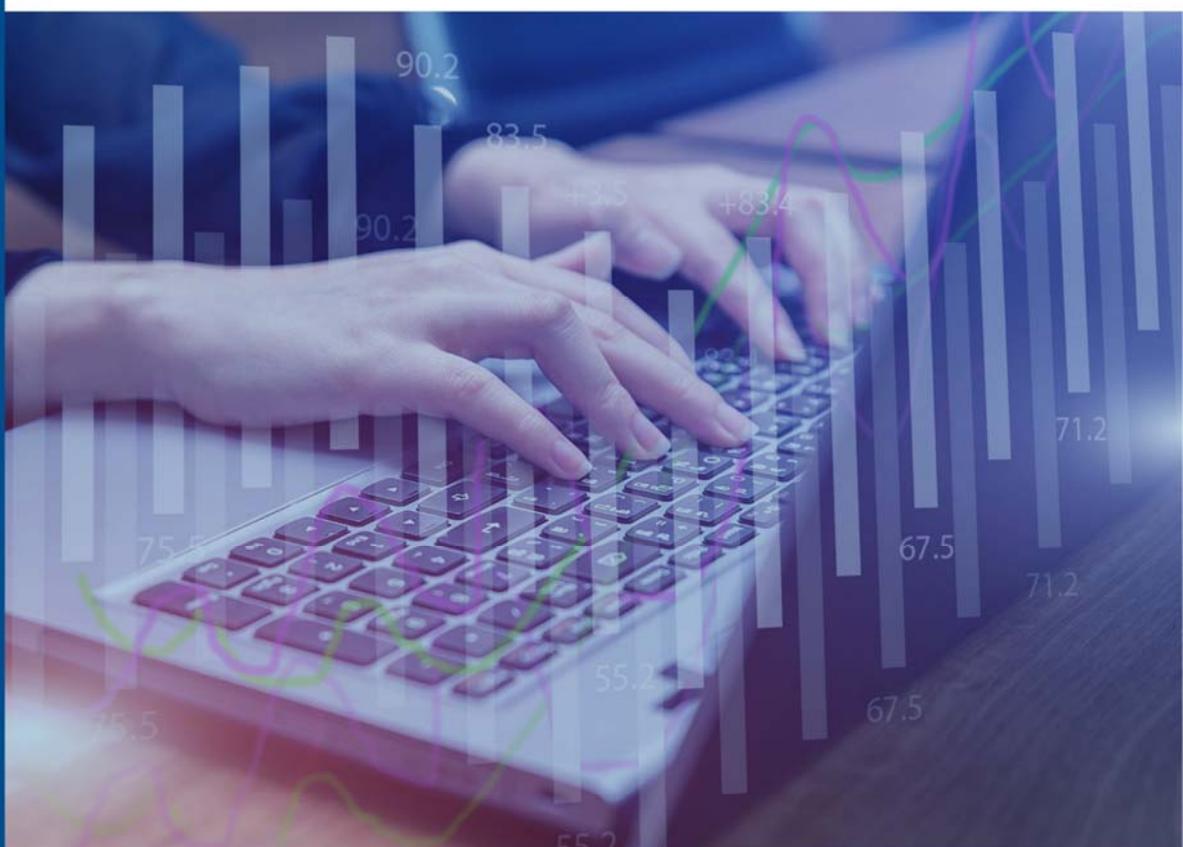
Atenciosamente,


AUDIPLAC Auditoria e Asses. Contábil S/S
CNPJ: 41.396.359/0001-07

Jose Roberto de Souza Filho
Sócio Administrador

PARECER ATUARIAL SOBRE AS PROVISÕES TÉCNICAS CONSTANTES NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

HUMANA PARANÁ S.A.
Exercício 2021



**PARECER ATUARIAL SOBRE AS PROVISÕES TÉCNICAS CONSTANTES NAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS – EXERCÍCIO 2021**

Analizamos as demonstrações financeiras da Operadora **HUMANA PARANÁ S.A.**, Registro na ANS **348180**, referente ao exercício 2021, compreendidas por Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício.

A responsabilidade da CTS Consultoria Técnica Atuarial e Serviços é tão somente quanto a validação dos valores referentes as provisões técnicas atuariais contidas nessas demonstrações contábeis, as quais foram calculadas com base nos critérios estabelecidos em Nota Técnica Atuarial de Provisão devidamente aprovada/comunicada à ANS cujo retorno foi por meio do Ofício nº. 1432/2014/GGAME(GEHAЕ)/DIOPE/ANS, em 15/09/2014, em cumprimento ao anexo I, capítulo I, item 6.3.11 da Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS nº 435/18.

Salientamos que nossas análises foram realizadas de acordo com as Normas Técnicas Atuariais aplicáveis à Operadora, assim definidas pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, restritas a:

- ✓ avaliação dos procedimentos atuariais;
- ✓ análise do cumprimento da Resolução Normativa da ANS nº 393/15 e suas alterações, no que tange à constituição das provisões técnicas consubstanciadas em Nota Técnica Atuarial de Provisão.

O montante integral apurado em 31 de dezembro de 2021 para a **PEONA** foi de **R\$ 2.863.312,96** e de **REMISSÃO** foi **nula (R\$ 0,00)**, e o mesmo está em conformidade com o valor constante no Termo de Reponsabilidade Atuarial devidamente assinado referente ao 4º trimestre de 2021.

Curitiba, 29 de março de 2022.

Atenciosamente,

CTS – CONSULTORIA TÉCNICA ATUARIAL E SERVIÇOS LTDA

Sandra Regina Odeli - Atuária MIBA 1.209

Gerente Atuarial de Saúde.



R. Emanuel Kant, 60, 7º andar - Capão Raso
Curitiba/PR - CEP 81020-670
Fone: |41| 2106-0010
www.ctsconsultoria.com.br